Parecer n.º 326/2019

Processo n.º 503/2019

Entidade Consulente: Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.

I – Factos e pedido

1. O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO) veio junto da CADA solicitar a emissão de Parecer sobre o acesso a documentação clínica.
2. Refere o CHLO que A. solicitou *“relatório médico do Egas Moniz e relatório médico do Francisco Xavier”* de sua mãe, *“para efeitos de Seguro do Banco”* e por, como filha, querer saber a causa da morte de sua mãe, que refere nunca lhe foi comunicada.
3. No verso do requerimento remetido pelo CHLO, encontra-se uma cópia do cartão do cidadão da requerente, correspondendo o nome da progenitora aí mencionado ao da titular dos dados de saúde a que pretende aceder.

II – Apreciação jurídica

1. A propriedade da informação de saúde, incluindo os dados clínicos registados, resultados de análises e outros exames subsidiários, intervenções e diagnósticos é da pessoa a quem essa informação respeita, sendo as unidades do sistema de saúde os depositários da informação (vd. n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro).
2. Nos termos do artigo 1.º, n.º 3, da LADA, *“o acesso a informação e a documentos nominativos, nomeadamente quando incluam dados de saúde, produzidos ou detidos pelos órgãos ou entidades”* sujeitos à LADA *“quando efetuado pelo titular dos dados, por terceiro autorizado pelo titular ou por quem demonstre ser titular de um interesse direto, pessoal legítimo e constitucionalmente protegido na informação, rege-se pela presente lei, sem prejuízo do regime legal de proteção de dados pessoais”*.
3. No caso em análise, o pedido da filha da titular dos dados, falecida, radica na necessidade de acionar o seguro de vida da progenitora, bem como para esclarecer as causas da sua morte.
4. O entendimento desta Comissão foi reiteradamente no sentido de ser de facultar o acesso nesses casos.
5. Primeiramente, por se entender que nas situações em que os filhos, na qualidade de herdeiros legítimos, à luz da alínea a) do n.º 1 do artigo 2133.º do Código Civil, pretendem aceder a dados dos autores das heranças para a efetivação de direitos, nomeadamente ativar seguros de vida, apresentam um interesse que, em regra, deve

prevalecer sobre o direito à reserva da intimidade da vida privada dos falecidos, por serem necessários para a compreensão de atos de natureza financeira, que, a final, se repercutem na herança aberta por morte daqueles.

6. Esta Comissão entendeu, igualmente, que nas situações em que filhos, pais, cônjuges, ou outros familiares próximos, fundamentaram a necessidade do acesso a informação de saúde de familiar falecido para compreender o contexto do falecimento, nomeadamente para a avaliação da correção dos tratamentos clínicos dispensados ao familiar antes da sua morte, existia um interesse direto, pessoal e legítimo constitucionalmente atendível do Requerente (cf. entre muitos Pareceres n.ºs 343/2018, 446/2018 e Parecer n.º 207/2019 – acessíveis em www.cada.pt, por ano e ordem numérica).
7. Mais recentemente, a CADA pronunciou-se no sentido de que, salvo circunstâncias especificadas, e atento o disposto no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, a informação de saúde sempre há de estar acessível aos sucessores legais da pessoa falecida, independentemente da invocação de um qualquer interesse determinado, devendo ser lhes facultada, não já na qualidade de terceiro mas por direito próprio, por se tratar de informação de que passaram a ser titulares (para mais desenvolvimentos, ver Pareceres n.ºs 412/2018, 555/2018 e 117/2019 – acessíveis em www.cada.pt).
8. Presentemente a situação tem solução imediata face ao disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no seu artigo 17.º:
«1 - Os dados pessoais de pessoas falecidas são protegidos nos termos do RGPD e da presente lei quando se integrem nas categorias especiais de dados pessoais a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º do RGPD, ou quando se reportem à intimidade da vida privada, à imagem ou aos dados relativos às comunicações, ressalvados os casos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.
2 - Os direitos previstos no RGPD relativos a dados pessoais de pessoas falecidas, abrangidos pelo número anterior, nomeadamente os direitos de acesso, retificação e apagamento, são exercidos por quem a pessoa falecida haja designado para o efeito ou, na sua falta, pelos respetivos herdeiros.»
9. Assim, não havendo qualquer discussão sobre a condição de herdeira de A., e não detendo a entidade consulente uma declaração de designação, deverá facultar à requerente a documentação clínica que solicitou.

III – Conclusão

A Entidade Consulente deverá facultar o acesso à documentação que lhe foi solicitada.

Comunique-se.

Lisboa, 19 de novembro de 2019.

João Perry da Câmara (Relator) - Renato Gonçalves - Luís Vaz das Neves - João Miranda - Paulo Braga - Antero Rôlo - Fernanda Maçãs - Carlos Abreu Amorim - Pedro Mourão - Alberto Oliveira (Presidente)